



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

20/09/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mesmo sem convenção coletiva, trabalhador tem direito a reajuste salarial

Mesmo sem convenção coletiva, empregado tem direito à correção monetária de seu salário. Com base nessa premissa, constante da Lei 7.238/1984, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) negou recurso do jornal Estado de Minas e manteve sentença que o condenou a reajustar o salário de um funcionário e pagar as diferenças salariais desde julho de 2018.

Na ação, o empregado argumentou que não recebe reajuste salarial desde julho de 2018, data base da classe, por falta de acordo entre os sindicatos patronal e da categoria. Em sua defesa, o Estado de Minas apontou que sempre concedeu os reajustes previstos nas convenções coletivas.

A juíza Jane Dias do Amaral, da 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, disse que, mesmo sem norma coletiva estabelecendo reajuste salarial, o trabalhador tem direito à correção de seus vencimentos, de forma a evitar a perda do poder aquisitivo.

A julgadora citou a Lei 7.238/1984. A norma prevê a correção semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O Estado de Minas recorreu, apontando que seguiu as normas coletivas da categoria. Também sustentou que o autor não demonstrou nenhuma irregularidade da empresa.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 20 de setembro.

Renda habitual do trabalhador teve queda de 6,6% no segundo trimestre

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado nesta sexta-feira (17), mostra que houve queda de 6,6% na renda habitual e aumento de 0,9% na renda efetiva do trabalhador brasileiro no segundo trimestre de 2021, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o pior momento do mercado de trabalho durante a pandemia da covid-19.

Segundo a análise do Ipea, os trabalhadores por conta própria tiveram o maior impacto em suas rendas, com crescimento de 19,5% na renda efetiva no segundo trimestre de 2021, na comparação com o mesmo trimestre de 2020. No segundo trimestre deste ano, eles receberam 76% do habitual. Os trabalhadores com carteira do setor privado tiveram aumento de 2% na renda efetiva, enquanto para os trabalhadores sem carteira, a alta foi de 6,9%.

“A análise mostra que, apesar da melhora nos rendimentos no segundo trimestre deste ano, a recuperação ainda é lenta. O afastamento da ocupação atinge 16,26% dos trabalhadores, afetando mais de 13,5 milhões”, disse, em nota, o pesquisador do Ipea e autor do estudo, Sandro Sacchet.

De acordo com o estudo, apesar do grande número de domicílios sem renda do trabalho, no segundo trimestre de 2021 houve pequena redução nesse percentual, em relação ao primeiro trimestre deste ano, de 29,3% para 28,5%, o que demonstra lenta recuperação no nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia para as famílias de renda mais baixa.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 20 de setembro.

Quase 600 mil empresas fecham as portas e dificultam recuperação do emprego

Sob efeito da pandemia, o Brasil perdeu quase 600 mil empregadores no intervalo de dois anos, apontam dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua.

A situação preocupa especialistas em razão do efeito multiplicador no mercado de trabalho: quando uma empresa fecha as portas, a renda de mais de uma pessoa (chefe e funcionários) é colocada em risco.

No segundo trimestre de 2019, antes da crise sanitária, o país tinha 4,369 milhões de empregadores. Foi a maior marca para o intervalo de abril a junho na série histórica, com dados a partir de 2012.

“Sabemos o quão burocrática é a tarefa de se estabelecer como empregador no país, porque existem entraves, e vimos uma queda no grupo relacionada à pandemia”, afirma Sergio Firpo, professor de Economia do Insper.

Especialistas ressaltam que, em períodos de crise, negócios menores costumam ser os mais prejudicados. Na comparação com grandes companhias, empresas com menos funcionários tendem a apresentar uma reserva financeira limitada para resistir a choques como o da Covid-19, e o acesso a crédito também fica mais difícil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 19 de setembro.

Depois de aumentar renda com pejetização, classe média sente saudades da CLT

Há cinco anos, o publicitário Maurício Nisi Gonçalves, 52 anos, não pensou duas vezes em deixar o emprego em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em uma editora para abrir a própria empresa, e assim continuar prestando serviços de design e produção gráfica ao ex-patrão.

O exemplo de Maurício diz muito sobre as novas relações de trabalho vividas pela classe média no Brasil. Com raras exceções —concentradas nos setores de tecnologia e finanças—, essa mão de obra que vende seu conhecimento intelectual encontra cada vez menos vagas formais no mercado e vê crescer a precarização das suas condições de trabalho.

Segundo o pesquisador, a legislação ainda não tem resposta para o que fazer com aqueles que não têm carteira assinada —são quase 25 milhões de trabalhadores por conta própria no país, a maioria na informalidade, segundo o IBGE. Segundo o pesquisador, a legislação ainda não tem resposta para o que fazer com aqueles que não têm carteira assinada —são quase 25 milhões de trabalhadores por conta própria no país, a maioria na informalidade, segundo o IBGE.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 19 de setembro.

Supermercados procuram saídas para driblar inflação e preservar consumo

Para tentar evitar que a inflação espante parte dos clientes, o varejo de alimentos vem criando mecanismos na tentativa de preservar as vendas. Alguns estabelecimentos têm diluído os aumentos de determinados produtos —como a carne, por exemplo— entre outras mercadorias que têm mais saída e foram menos atingidas pela inflação, segundo a ACSP (Associação Comercial de São Paulo).

“O comércio nem sempre consegue transferir para o consumidor todo o aumento de preços, por causa das dificuldades do próprio consumidor. E, com isso, ele vai tendo que achatá-las suas margens e, às vezes, até praticamente vendem sem margem”, diz Marcel Solimeo, economista-chefe da entidade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 19 de setembro.